

ILUSTRÍSSIMO. SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2024, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL NOVO CRUZEIRO -.

Processo Administrativo de Licitação: nº 024/2024 – Pregão Eletrônico Nº 006/2024.

MAK SOLUTIONS SISTEMAS DE IMPRESSÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 00.681.613/0001-31, inscrição estadual 313380895.00-56, com sede a Av. José Júlio da Costa, 2.080, Bairro Ideal, Ipatinga/MG, vem mui respeitosamente à presença do Ilustre Pregoeiro, apresentar nos moldes do item 4.0 –DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO do edital, tempestivamente sua IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, referente aos Item ANEXO II- TERMO DE REFERÊNCIA ,5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:, pelos fatos e direitos a seguir arguidos:

I - DA TEMPESTIVIDADE

Antes de adentrar ao mérito, cumpre a impugnante destacar a tempestividade da presente impugnação com base o que se preceitua no Edital e as legislações especiais:


O edital:

“4.0 –DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame..”

A plataforma:

Pesquisa / 24/2024

 Pregão - Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro

ID: 36078

Processo: 24/2024

Pregão: 6/2024

Método de disputa: Aberto Fechado

Critério de julgamento: Menor preço

Benefício de regionalidade: Sem benefício

Pregoeiro(a): GIDENILVA DIAS FERREIRA

Publicação no diário oficial 10/07/2024 - 09:00

Publicação na plataforma: 10/07/2024 - 08:34

Início da disputa/fim do envio de proposta: 25/07/2024 - 09:00

Limite para a impugnação: 22/07/2024 - 23:59

Descrição do Objeto:

LOCACAO DE IMPRESSORAS E ESCANERES CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE TONERS PECAS SOFTWARES LICENCAS E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

Ativar o Windows

Acesse Configurações para ativar o Windows

II – DA SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se o presente processo licitatório de concorrência pela modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, por Menor Preço Por item, para viabilizar a futura contratação de empresa para prestação de serviços de locação de impressora

multifuncional contemplando o fornecimento de toner, peças, licenças, softwares e manutenção dos equipamentos a fim de atender as necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

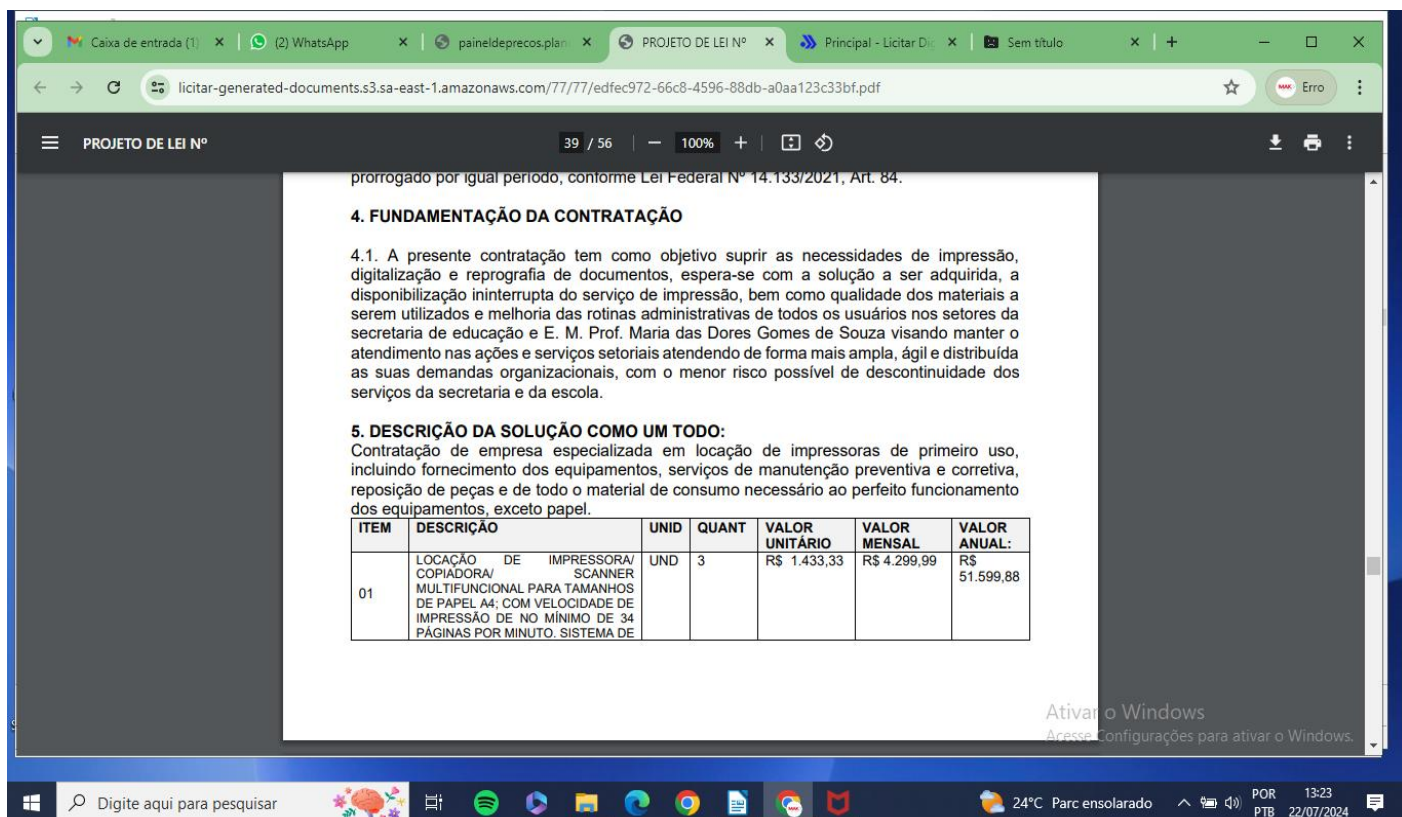
1-Conforme podemos observar no Edital:

“1.2 - Os trabalhos serão conduzidos Pregoeiro oficial e pela Equipe de Apoio, designada pelo Ato nº 25/2023 anexado aos autos do procedimento e regido pelas Leis nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 17/2023 e, subsidiariamente pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital. ”

Pergunta-se:

1º Como sendo descrito “ANEXO II- TERMO DE REFERÊNCIA item 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO” está sendo licitado 03 equipamentos com as seguintes especificações:

“LOCAÇÃO DE IMPRESSORA/ COPIADORA/ SCANNER MULTIFUNCIONAL PARA TAMANHOS DE PAPEL A4; COM VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO DE 34 PÁGINAS POR MINUTO. SISTEMA DE IMPRESSÃO DE MODO A INTEGRAR AS FUNÇÕES DE IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO DE ACORDO COM A NECESSIDADE LABORAIS. SISTEMA DE IMPRESSÃO PRETO E BRANCO E COLORIDA, DUPLEX (FRENTE E VERSO) PARA CÓPIA E IMPRESSÃO, BANDEJA COM ALIMENTADOR AUTOMÁTICO PARA NO MÍNIMO 250 FOLHAS; FUNÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE 50% A 200%. CONECTIVIDADE VIA CABO USB E ETHERNET (INDISPENSÁVEL CONEXÃO VIA CABO DE REDE). COM FRANQUIA DE NO MÍNIMO 20.000 (VINTE MIL) CÓPIAS AO MÊS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA ESTÃO INCLUSO NO SERVIÇO DE LOCAÇÃO, INCLUSIVE PEÇAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUPRIMENTOS (TONNER, CILINDROS, REVELADORES OU QUAISQUER OUTROS SUPRIMENTOS/ PEÇAS PARA O PERFEITO E CORRETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, EXCETO PAPEL) – TREINAMENTO DE USO PARA O EQUIPAMENTO APRESENTADO, BEM COMO MANUAL DE FUNCIONAMENTO (EM FORMATO DIGITAL OU NO PAPEL). INSTALAÇÃO DE SOFTWARES E DRIVES GERENCIADORES DE IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO



ANEXO II- TERMO DE REFERÊNCIA 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .

“7.3. O valor mensal da locação do equipamento permitirá que a Locatária promova a tiragem de 20.000 (vinte mil) cópias a título de franquia mensal. As cópias excedentes daquelas franqueadas serão pagas a parte no valor centavos por cópia. A quantidade de cópias será objeto de leitura por representante da empresa Locadora com o aceite de um representante/funcionário da empresa Locatária.”

Pergunta-se:

1º- Apesar de não se descrever que o equipamento é laser e que é color se entende pelas seguintes descrições: “ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUPRIMENTOS (TONNER, CILINDROS, REVELADORES OU QUAISQUER OUTROS SUPRIMENTOS)” e “SISTEMA DE IMPRESSÃO PRETO E BRANCO E COLORIDA, como iremos formular nossa proposta se não se descreve os quantitativos de cada impressão monocromática e color?

“ 7.3. O valor mensal da locação do equipamento permitirá que a Locatária promova a tiragem de 20.000 (vinte mil) cópias a título de franquia mensal”

Se entende que impressão seja um único produto, mas o custo de formação de preços é muito diferente! Se pesquisamos um site de preços do governo federal encontraremos preços médios para impressões monocromáticas de R\$ 0,06 (seis centavos de real) e coloridas por volta de R\$ 0,70 (setenta centavos)

Se exemplificarmos que seriam 10.000 impressões monocromáticas e 10.000 coloridas a elaboração de planilha de custo estaria muito diferente dos preços de mercado!

Teríamos um preço por perto dos R\$ 6.000,00 (seis reais) enquanto o preço médio por equipamento informado é de R\$ 1.433,33 (um mil quatrocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

III - DAS RAZÕES QUE JUSTIFICAM A RETIFICAÇÃO DO EDITAL

Conforme destacado, a presente impugnação visa à retificação do edital em tela, especificamente referente ao “ANEXO II- TERMO DE REFERÊNCIA ,5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO” bem como restringe e direciona o presente edital para dupla interpretação no serviço ofertado, conforme será demonstrado a seguir.

Desta forma, face à imprecisão da descrição do objeto, o mesmo deve ser revisto, para incluir de forma precisa, suficiente e clara, o real objeto a ser contratado, nos termos do Artigo 3, Inciso II da Lei 10520/02 e Artigo 40, Inciso I da Lei 8666/93.

Vejamos o artigo 3, inciso II da lei 10520/02, vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

Vejamos o artigo 3º, §1º da lei 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da

igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (Grifos Nossos)

O mesmo se extrai do Artigo 3, Inciso XI, alínea “a” 1 do Decreto 10.024/19, vejamos:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

O mesmo se extrai do Artigo 9, Inciso I, alínea “a” e “c” da Nova lei de Licitação, Lei nº 14.133/21, vejamos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

Sendo assim a licitação visa, basicamente, atingir dois objetivos: permitir que a Administração Pública selecione a melhor proposta ao seu conjunto de interesses e assegurar aos administrados o direito de disputar a participação nos negócios públicos.

Não é fora de propósito demonstrar um breve resumo do que diz cada um desses princípios balizados em nossa constituição:

Princípio da Legalidade: A licitação constitui em um procedimento vinculado a lei, isto é, todas as fases do procedimento licitatório estão rigorosamente disciplinadas legalmente. O descumprimento de qualquer formalidade legal ou regulamentar eiva em nulidade o procedimento. Nos procedimentos de licitação, esse princípio vincula os licitantes e a Administração Pública às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor.

Princípio da Impessoalidade: Esse princípio obriga a Administração a observar nas suas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos da licitação, ou seja, sem levar em consideração condições pessoais do licitante ou vantagens por ele oferecidas.

Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa: A conduta dos licitantes e dos agentes públicos tem de ser, além de lícita, compatível com a moral, a ética e os bons costumes. Além disso, devem estar em conformidade com as regras da boa administração, com os princípios de justiça e equidade.

Princípio da Igualdade: Tal princípio visa assegurar o tratamento igual a todos os interessados em contratar a Administração Pública. É condição essencial para garantir competição em todos os procedimentos licitatórios, visto que oferece a todos a oportunidade de participar do certame. Conforme dito inicialmente, as licitações vem para garantir a observância do princípio constitucional da Isonomia - artigo 3º da Lei 8.666/93 e, ainda, segundo o §1º, inciso I, deste mesmo artigo, é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Princípio da Publicidade: Todo procedimento deve ser divulgado para conhecimento de todos os interessados e, assim, estes terem acesso às licitações públicas e seu controle. Tal princípio assegura a todos os interessados a possibilidade de fiscalizar a legalidade dos atos.

Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório: No ato convocatório constam todas as normas e critérios aplicáveis à licitação. É por meio dele que o Poder Público chama os potenciais interessados em contratar com ele e apresenta o objeto a ser licitado, o procedimento adotado, as condições de realização da licitação, bem como a forma de participação dos licitantes. Nele devem constar necessariamente os critérios de aceitabilidade e julgamento das propostas, bem como as formas de execução do futuro contrato.

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (L.8.666/93).”

Princípio do Julgamento Objetivo: Esse princípio significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório, mesmo que em benefício da própria Administração.

“Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle”.

O Edital é a peça principal em um processo ou procedimento de licitatório, especialmente por ter efeito vinculante. Isto quer dizer que face ao chamado “Princípio da Vinculação”, uma vez publicado, salvo modificações em razão de Impugnação das partes interessadas, ninguém, nem mesmo a Administração, pode descumpri-lo.

Nele são fixadas as regras que devem prevalecer durante todo o processo de licitação, estendendo-se a sua força vinculante até mesmo durante a fase de cumprimento das avenças contratuais.

Devido a essa força vinculante do mesmo a Impugnação ao edital da licitação é da maior relevância e deve ser feita sempre que o licitante verificar dirigismo ou a ocorrência de exigências exageradas ou injustificáveis.

O ato convocatório deve se apresentar de forma CLARA E OBJETIVA, não ensejando qualquer tipo de dúvidas que possam comprometer as habilitações das licitantes, bem como os produtos e serviços a serem licitados.

O PRINCIPIO DA IGUALDADE deve prevalecer entre todos os licitantes, sendo absolutamente vedadas cláusulas e interpretações que possam de qualquer forma restringir ou impedir a livre participação dos concorrentes.

Destarte, segundo o princípio do Julgamento Objetivo das licitações, um edital deve apresentar um objeto licitável, Vera Lúcia Machado D'Avila, citando lição do Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, coleta a síntese do conceito de objeto licitável:

“São licitáveis unicamente objetos que possam ser fornecidos por mais de uma pessoa, uma vez que a licitação supõe disputa, concorrência, ao menos potencial, entre ofertantes... Só se licita bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja”.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e, também, ao seguinte: - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo acrescido).

IV - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer seja acolhida a presente impugnação e julgada procedente para que seja retificado o edital no item supramencionado, ou seja, que a especificação será alterada, pois ferir o disposto na Lei 8.666/93 e Jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da união, visando uma maior isonomia e competitividade entre os participantes.

Nesses termos,

pede e espera deferimento.

Ipatinga, 22 de julho de 2024.

MAK SOLUTIONS SISTEMAS DE IMPRESSÃO LTDA,

CNPJ nº 00.681.613/0001-31

CI nº M 5.943.692 SSP MG .

CPF nº 938.389.306-06.